

A polissemia dos "grandes projetos de desenvolvimento":

o que dizem indígenas Tentehar?¹

Anderson Augusto Serra²

Elizabeth Maria Beserra Coelho³

Palavras-chave: Tentehar. Grandes Projetos de Desenvolvimento. Discursos.

Introdução

A partir de 1950, o Estado do Maranhão foi inserido em um programa de desenvolvimento econômico, elaborado pelo governo federal, visando ocupar áreas do território nacional localizadas na Amazônia Oriental e no Cerrado. Esse processo de interiorização nacional recebeu apoio através de incentivos fiscais e políticas de crédito, possibilitando instalar Grandes Projetos (ALMEIDA, 1987) e direcionar novas “frentes de expansão contemporâneas” (SCHRÖDER, 2003) em áreas tradicionalmente ocupadas por povos indígenas⁴.

Até a década de 1960, a política de implantação de grandes projetos de desenvolvimento no Maranhão envolvia empreendimentos relacionados à instalação de rodovias, linhas de transmissão elétrica e pecuária extensiva (COELHO, 1986; 1987; 2014). Posteriormente, entre os anos 1970 e 1980, a empresa Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atualmente chamada de Vale⁵, iniciou a construção de um projeto de exploração de minérios na Serra dos Carajás, situada no Sudeste do Estado do Pará, denominado como Projeto Grande Carajás (PGC) (COTA, 1984; FERRAZ & LADEIRA, 1988; MELO ET AL., 2022).

¹Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto e 03 de setembro de 2022.

² Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Email: anderson.augusto@unifesp.br.

³ Professora Titular da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), nos programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Políticas Públicas. Email: betabeserra@hotmail.com.

⁴ Oficialmente, no Maranhão, existem nove povos indígenas com territórios demarcados e homologados. Outros seis povos estão em processos de etnogênese, retomada ou levante. Cf. Oliveira et al. (2021).

⁵ É uma empresa multinacional brasileira voltada principalmente, a exploração de minério de ferro, pelotas, níquel, entre outros minerais. Inicialmente, quando foi criada, em 1942, a Vale era chamada de Companhia Vale do Rio Doce. Em 1997, após ter sido privatizada, teve o nome alterado para Vale.

A instalação do PGC ocasionou a implantação de outros empreendimentos, em especial à Estrada de Ferro Carajás (EFC) através da construção de 892 quilômetros (km) de trilhos ferroviários que ligam a Serra dos Carajás ao Porto do Itaqui, localizado na cidade maranhense de São Luís (SERRA, 2021). Isso resultou segundo Oliveira (2011), no avanço de uma “frente extrativista mineral” (SCHRÖDER, 2003), no Maranhão, ligada ao transporte de minério de ferro nos limites de terras ocupadas por povos indígenas na região Central do Estado⁶, envolvendo uma multiplicidade de ações, agentes e impactos indiretos, gerados pela atração de agentes oriundos de uma “frente agropecuária” (SCHRÖDER, op. cit.) vinculada ao agronegócio.

Um exemplo atual pode ser mencionado a partir dos deslocamentos de produtores rurais provenientes das regiões Sul e Sudeste do Brasil após os anos 1980, atraídos pelas vias de transporte de *commodities* abertas pela construção de eixos ferroviários vinculados à EFC, buscando instalar projetos agroindustriais voltados à produção, em larga escala, de soja, milho, pecuária extensiva e outras variedades do agronegócio (OLIVEIRA, op. cit.). Somado a isso ocorreu, nas últimas décadas, o avanço de uma “frente extrativista vegetal” (SCHRÖDER, op. cit.) direcionada ao cultivo de eucalipto (*Eucalyptus*) visando o abastecimento da indústria de produção de papel e celulose, em Imperatriz (PANTOJA & PEREIRA, 2016), e das carvoarias e usinas siderúrgicas de produção de ferro gusa em Açailândia (OLIVEIRA ET AL., 2020), ambas localizadas no Maranhão.

Em decorrência do avanço desses e outros projetos, concebidos como “grandes projetos de desenvolvimento”⁷, vinculados ao agronegócio e extrativismo mineral e vegetal, o que vem ocorrendo hoje é um processo de “expansão espacial do capitalismo” (SILVA & SOBREIRO, 2018), em grande parte, sob terras ocupadas por diversos povos indígenas no Maranhão. Essas transformações econômicas vêm alterando radicalmente a dinâmica dos ambientes naturais habitados pelos povos indígenas e comunidades regionais, em uma estrutura complexa de produção e escoamento de *commodities* agrícolas e minerais (SERRA, 2021). Desmatamento de extensas áreas, contaminação do solo por agrotóxicos, assoreamento e poluição de afluentes fluviais, perda da biodiversidade nativa, além de transformações no

⁶ A Região Central maranhense está localizada entre a microrregião do Médio Mearim e o Vale do Grajaú. Disponível em: < <https://www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-do-medio-mearim.html> > Acesso em: 12/01/2021.

⁷ A Antropologia do Desenvolvimento interessada no estudo dos grandes projetos de desenvolvimento está diretamente ligada com a instalação de empreendimentos como usinas hidrelétricas, hidrovias, mineração, extração madeireira, agropecuária, entre outros, como coloca Baines (2004).

regime agrário da região, constituem os principais impactos diretos causados pelos “grandes projetos de desenvolvimento” em terras indígenas (TI) nesse Estado (SALES ET AL., 2019).

Há algum tempo, desenvolvemos pesquisas direcionadas a compreensão das formas indígenas de conceber os efeitos provocados pelo avanço de grandes projetos de desenvolvimento na região Central do Estado. Em meados de 2019, realizamos um estágio de mobilidade acadêmica⁸ para o município de Imperatriz, onde nos aproximamos de indígenas do povo Tentehar⁹, provenientes da TI Araribóia, muitos dos quais estavam vivendo nesta cidade¹⁰. Nesta investigação inicial, devido ao tema do projeto que se interessava sobre o “Agronegócio no Maranhão”¹¹, tivemos contato com um conjunto de interlocutores, em especial com Erisvan Bone Guajajara, jornalista, cineasta e ativista indígena, o que nos possibilitou uma maior aproximação com outros Tentehar como sua irmã Sonia Bone Guajajara¹².

Nessa interlocução inicial, uma crítica à ideia de “desenvolvimento” já surgia como um componente importante da investigação, cujos resultados preliminares podem ser encontrados em nossa pesquisa de mestrado (SERRA, 2021). Por outro lado, alguns conceitos etnográficos, como a noção de “envolvimento” como uma crítica indígena à ideia de “desenvolvimento”, vem surgindo como um objeto atual de pesquisa a partir da realização de um doutorado. Trata-se de uma concepção, segundo menciona Erisvan, compartilhada por outros Tentehar na qual a ideia de desenvolvimento deve favorecer antes de tudo os povos indígenas.

A partir dessa interlocução inicial, passamos a abrir o foco da observação direta para diversidade de formas propriamente indígenas de conceber os efeitos provocados pelo avanço de grandes projetos de desenvolvimento que muitas vezes incidem sobre seus territórios. Entre agosto e outubro de 2020, após o trabalho de campo de nossa pesquisa de mestrado ter

⁸A bolsa de mobilidade acadêmica foi viabilizada através do projeto de pesquisa “PROJETO DE ESTÁGIO NACIONAL - A “QUESTÃO” DO AGRONEGÓCIO NO MARANHÃO” (BRUSTOLIN, 2018) financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).
⁹Os Tentehar, falantes de uma variante do Tupi-Guarani (RODRIGUES, 1986), constituem o povo indígena mais numeroso no Maranhão, representando mais de 60% da população indígena nesse Estado (ALMEIDA, 2019). São estimados em cerca de 24.428 pessoas (ALMEIDA, op. cit.).

¹⁰Atualmente, os Tentehar vivem tanto em TI como em cidades localizadas no Maranhão e outras regiões do Brasil (MARTINS, 2019). Vale ressaltar que noções como terra ou território possuem para eles um significado simbólico ao assumir uma ideia espacial entendida como fator de produção e lugar da vida tentehar. Coelho (1999) menciona que os termos *zaneywy* (nossa terra) e *zanerekohaw* (nossa vivência) são equivalentes as expressões “terreno, nossa terra, nosso lugar e território” utilizadas, em Português, pelos Tentehar.

¹¹Cf. Serra (2019; 2020).

¹²Política e liderança destacada internacionalmente pelo ativismo indígena e ambiental no Brasil.

sido interrompido pela pandemia mundial causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), conhecemos outros dois Tentehar que estavam vivendo nas TI Rio Pindaré e Canabrava/Guajajara. Usamos aplicativos (App) de comunicação remota (Whats App e Instagram) para mediarmos nossa aproximação com eles. Isso nos possibilitou refletir acerca de novas ideias produzidas por indígenas sobre projetos e suas repercussões.

De posse dos dados observados através de conversas informais (gravadas), procuramos analisar as diferentes vozes na perspectiva do “Olhar, Ouvir, Escrever” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996) – tomando como objeto de discussão basicamente discursos produzidos pelos Tentehar com quem mantivemos interlocução direta ou indireta.

Quem são os Tentehar?

Os Tentehar são conhecidos por seu contato antigo (GOMES, 1977; UBBIALI, 1996; WAGLEY & GALVÃO, 1961; ZANNONI, 1999), e diversos trabalhos vêm discutindo a formação dos Tentehar em seus territórios e na história e os processos de perseguição, escravidão, servidão e domínio geral da sociedade brasileira desde sua formação (DINIZ, 1994; GOMES, 2002; COELHO, 2002; UBBIALI, op. cit.; SERRA, 2021). São chamados pela população regional de Guajajara. O etnônimo Tentehar designa também aqueles conhecidos como “tembé”¹³, que habitam terras localizadas no Estado do Pará. Abordo aqui apenas os “Guajajara”, no Maranhão.

Segundo Ubbiali (op. cit.), não há informações sobre os Tentehar da época pré-colombiana. Cronistas e exploradores europeus do século XVIII mencionam que o território original dos Tentehar parece ter sido as terras altas do Rio Pindaré (WAGLEY & GALVÃO, 1961), onde habitavam/habitam pequenas aldeias, baseadas na família extensa, politicamente descentralizadas, sem linhagens e pouca coesão social, o que lhes permitiu uma flexibilidade maior para enfrentar mudanças e sobreviver às adversidades causadas pelo contato com os brancos (GOMES, 2002). Possivelmente, os primeiros contatos com os colonizadores ocorreram por volta de 1613, quando navegadores franceses, ao realizar expedições fluviais no Rio Pindaré, encontraram com um grupo de “índios” Tentehar, chamados por eles de “Pinarienses” (UBBIALI, 1996). Essa região começou a ser colonizada pelos europeus depois

¹³ Os Tentehar/Tembé ocupam terras situadas no Estado do Pará e, de acordo com dados da FUNAI (2021), sua população equivale a 1.879 pessoas.

que outros povos indígenas, como os Tupinambá e os Gamela¹⁴, escravizados nas fazendas de produção de cana-de-açúcar, foram rechaçados para o interior. Isso incentivou tanto franceses como portugueses a organizar explorações pelo rio Pindaré sob o pretexto de eliminar aldeias agueridas ou consideradas hostis, resultando na escravização e massacre de muitos indígenas.

Nesse período, suas terras passaram a ser invadidas pelos colonizadores, provocando o surgimento dos primeiros povoados, em especial Sapucaia, no Alto Pindaré, e Santa Cruz, na confluência com o rio Caru, onde muitos Tentehar também viviam realizando atividades de extração de látex para comercialização de borracha, copaíba para produtos medicinais, além de transporte fluvial de mercadorias. Porém, os ataques feitos pelos indígenas Ka'apor¹⁵ e o declínio das atividades de extrativismo vegetal, levaram os colonos a abandonar ambos os povoados. Isso possibilitou aos Tentehar ocupar essa região sem a presença dos brasileiros (WAGLEY & GALVÃO, 1961). Posteriormente, foram criadas algumas missões jesuíticas como a Missão de Maracu (hoje, cidade de Viana), no baixo Pindaré, e o aldeamento de São Francisco Xavier, na região do Caru, fundado em 1730. Nesses aldeamentos, os Tentehar viviam realizando atividades econômicas baseadas na criação de gado (WAGLEY & GALVÃO, op. cit.). No decorrer do século XIX, Ubbiali (1996) analisa que o contato dos Tentehar com a “sociedade envolvente” passou a ser mediado por uma política de criação de colônias elaborada pelo governo provincial, que buscava catequizar e civilizar os indígenas para inseri-los numa economia de mercado. Essa política ocasionou o surgimento de uma “frente missionária”, nos moldes colocados por Schröder (2003). Em outro trabalho, consideramos a escravização de grande parte dos Tentehar nas fazendas de produção de cana-de-açúcar, sua participação em atividades ligadas ao extrativismo vegetal e aldeamento em missões/colônias indígenas como o *germe* do envolvimento deles nos grandes projetos (SERRA, 2021), pois o objetivo na época era *civilizar* os indígenas e *desenvolver* o país (COELHO, 2002) através de um processo de assimilação nacional que os transformaria em caboclos (DINIZ, 1994).

Embora o sistema de aldeamento em colônias não tenha prosperado, Ubbiali (1996) analisa que os Tentehar continuaram a manter contato com a sociedade regional através de

¹⁴ Ao longo dos séculos diversos povos indígenas, no Maranhão, foram considerados como extintos por extermínio ou por assimilação. Os Tupinambá e os Gamela durante muito tempo foram vistos pelas autoridades civis como povos extintos, restando apenas alguns remanescentes rotulados como descendentes de “índios”. Desde o início dos anos 2000, alguns processos de etnogênese estão em curso, dentre eles o dos Gamela e dos Tupinambá.

¹⁵ Os Ka'apor formam um povo classificado na família linguística tupi-guarani. Na literatura etnológica, alguns autores usam o etnônimo “Urubu/Kaapor”, sendo o termo Urubu considerado pejorativo pelos próprios indígenas. Cf. Ribeiro (1976) & Samain (1985).

relações de trocas baseadas em um sistema de escambo. Essas relações de troca, segundo GOMES (2002), eram mantidas, em sua maior parte, com fazendeiros, comerciantes e caboclos (sertanejos), nos moldes das relações definidas como patrono-cliente¹⁶. Porém, os vínculos clientelísticos entre ambos foram enfraquecidos devido ao início das atividades ligadas ao Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPIILTN), mais tarde, chamado apenas Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Em 1967, o SPI foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), período em que as terras ocupadas pelos Tentehar, no Maranhão, começaram a ser demarcadas e homologadas pelo Estado brasileiro (ALMEIDA, 2019).

Atualmente, ocupam doze TI, localizadas entre o Vale do Pindaré e a microrregião do Médio Mearim na região Central do Estado, das dezoito demarcadas e homologadas pelo Estado brasileiro (vide tabela 01), sendo que em oito delas possuem o usufruto exclusivo e em quatro dividem a terra demarcada com outros povos como é o caso das TI Araribóia e Caru, onde vive também em ambas parte dos Awá/Guajá¹⁷, e Governador e Krikati, habitadas também, respectivamente, pelos Gavião Pykobjê e Krikati¹⁸.

Tabela 1 – Terras Indígenas no Maranhão¹⁹

	TERRAS INDÍGENAS	POVOS INDÍGENAS	HECTARES (ha.)
1.	Awá	Awá	111.000
2.	Caru	Tentehar, Awá	172.667
3.	Alto Turiaçu	Ka'apor, Awá	530.525
4.	Araribóia	Tentehar, Awá	413.288
5.	Bacurizinho	Tentehar	82.432
6.	Cana Brava/Guajajara	Tentehar	137.329
7.	Geralda Toco-Preto	Krepunkateyê	18.506
8.	Governador	Gavião Pykobjê, Tentehar	41.644
9.	Kanela	Ramkokamekra/Canela	125.212

¹⁶As relações patrão-cliente, nos moldes definidos por Gomes (2008), são baseadas na desigualdade de poder entre patrões (fazendeiros) e clientes (indígenas), e na reciprocidade dos laços estabelecidos nessas relações.

¹⁷ Os Awá/Guajá, classificados na família linguística tupi-guarani, habitam terras localizadas no Maranhão e no Estado do Pará. Cf. COELHO & FERREIRA (2013).

¹⁸ Os Gavião Pykobjê e os Krikati, juntamente com os Apaniekrá, Ramkokamekra-Canela, Kepunkateyê e Krenyê, foram classificados por Nimuendajú (1946) como um conjunto de seis povos Timbira, localizados no Maranhão, falantes de uma variante do tronco Macro-Jê chamada Jê-Timbira.

¹⁹ No quadro 01, menciono informações relacionadas às TI existentes, no Maranhão, a partir de consultas realizadas no portal virtual do Sistema Indigenista de Informações vinculado à FUNAI e ao Ministério da Justiça. O referido Sistema considera apenas informações cuja fase do procedimento demarcatório das TI consta como regularizadas, delimitadas, reservas indígenas ou em estudo. Porém, considerei aqui apenas as TI homologadas pelo Estado. Cf. FUNAI (2021). Disponível em: < http://sii.funai.gov.br/funai_sii/informacoes_indigenas/visao/visao_terras_indigenas.wsp > Acesso: 08/08/2021.

10.	Krenyê	Krenyê	8.000
11.	Krikati	Krikati, Tentehar	146.000
12.	Lagoa Comprida	Tentehar	13.198
13.	Morro Branco	Tentehar	49
14.	Porquinhos	Apaniekrá	79.520
15.	Rio Pindaré	Tentehar	15.003
16.	Rodeador	Tentehar	2.319
17.	Urucú-Juruá	Tentehar	12.697
18.	Vila Real	Tentehar	11.029

Fonte: FUNAI. Acesso em: 08/08/2021.

Na atualidade, por sua vez, as principais relações que os Tentehar mantêm com a sociedade brasileira são marcadas pelo avanço de uma frente expansionista de grandes projetos de desenvolvimento (SERRA, 2021), caracterizada pelos efeitos devastadores provocados por transformações econômicas ligadas à agroindústria e extrativismo mineral e vegetal.

Diferentes autores discutem as consequências ecológicas e políticas decorrentes da instalação de empreendimentos agroindustriais e extrativistas vinculados à mineração, agronegócio e produção madeireira tanto nos territórios tentehar quanto em outros indígenas no Maranhão (MALHEIRO, 2019; BARBOSA & MESQUITA, 2017; MARTINS, 2019; VARGA, 2008), apontando que o impacto cosmopolítico (STENGERS, 2018) dessas ações ainda estão para serem mais bem estudados.

No bojo das *frentes expansionistas*, Varga (2008) destaca a redução gradativa do bioma nativo da TI Araribóia formado, em grande medida, pela floresta tropical densa (equatorial) amazônica. O avanço do agronegócio influenciou o desmatamento de extensas áreas florestais incorporadas nas lavouras produtoras de soja, aumento da concentração de terras e especulação fundiária, resultando no desalojamento de muitos lavradores (sem títulos de terras) que foram espoliados das propriedades que tradicionalmente ocupavam, e tiveram que invadir as terras demarcadas para os Tentehar, menos protegidas em relação aos latifúndios. Tanto o agronegócio como outros projetos relacionados à construção da EFC e a frente madeireira ocasionaram, a partir da década de 1970, uma rápida devastação da floresta amazônica em sua então fronteira oriental: o oeste e sudoeste do Maranhão (VARGA, 2008).

Em outras áreas ocupadas pelos Tentehar, como é o caso da TI Rio Pindaré, os “caminhos de ferro” implantados através da EFC vêm provocando diversas ações irresponsáveis ou hostis contra os ecossistemas naturais do vale do Pindaré como a devastação

de extensas áreas florestais (MALHEIRO, 2019: 4-5). Por causa da instalação da EFC, a Vale deu início a implantação do Projeto de Apoio às Comunidades Indígenas (PACI), entre os anos de 1982 e 1986, destinando aproximadamente treze milhões de reais para mitigação dos impactos diretos ocasionados em terras ocupadas por povos indígenas no Maranhão²⁰ (MARTINS, 2019: 05). Esse projeto, segundo Almeida (2019), possibilitou melhorar a infraestrutura das aldeias através da construção de enfermarias, obtenção de veículos para transporte, máquinas agrícolas e roças coletivas mais extensas, mas causou o que indígenas da TI Cana Brava/Guajajara chamam de “desunião dos Tentehar”, pois os recursos financeiros advindos da VALE multiplicou o número de caciques e a criação de novas aldeias, os colocando num estado crítico de disputa interna por dinheiro, bens e serviços que desestruturou as relações de troca nativas baseadas numa economia simbólica de pessoas, redes de parentesco e na família extensa. Posteriormente, o fim dos recursos destinados aos indígenas por meio do PACI, fez parte dos Tentehar se direcionarem para outros projetos, usando a experiência vivida nos “tempos da VALE”²¹ para captação de novas fontes de recursos (ALMEIDA, op. cit.). Um desses projetos na TI Araribóia foi o “Projeto dos Índios” que possibilitou, de acordo com Martins (2019), o início da comercialização madeireira na região extraída pelos próprios Tentehar, visando obter novos recursos através da venda de madeira para dar continuidade aos projetos criados durante “os tempos da VALE” e a construção de novas escolas previstas no PACI (MARTINS, op. cit.: 05). De 1990 a 1995, Varga (2008) aponta que cerca de 30 madeiras foram construídas em Amarante, cidade do Maranhão, interessadas na venda de madeira oriunda da TI Araribóia. Nesse cenário, e com poucas alternativas de resistência, Barbosa & Mesquita (2017: 63) descrevem que grande parte dos Tentehar estão envolvidos, hoje em dia, junto com outros povos como Krikati, Gavião Pykobjê, Ramkokamekrá/Canela, Apaniekrá, Awá-Guajá e Ka’apor em movimentos sociais indígenas, articulados politicamente, contra os “grandes projetos de desenvolvimento” relacionados à EFC e ao agronegócio.

É possível identificarmos que a literatura citada acima está direcionada à compreensão dos efeitos ocasionados por empreendimentos ligados ao agronegócio e extrativismo mineral e vegetal em áreas ocupadas, especialmente pelos Tentehar nas TI Araribóia, Canabrava/Guajajara e Rio Pindaré. No entanto, o foco da presente pesquisa se interessa

²⁰Coelho (1986) coloca que na área de influência da EFC estavam/estão territórios ocupados pelos Tentehar, Krikati, Gavião Pykobjê e Ka’apor. Na época, ao todo dez TI ficaram/estão sujeitas aos efeitos negativos ocasionados pela EFC, sendo que algumas delas não eram demarcadas ainda.

²¹Noção usada pelos Tentehar nas TI Araribóia e Canabrava/Guajajara para classificar o período de funcionamento do PACI

igualmente pelas formas propriamente tentehar de se relacionarem com os grandes projetos de desenvolvimento operacionalizados nesses territórios. No próximo item, apresento uma análise de como indígenas deste povo produzem discursos a partir da indagação sobre o que pensam em relação aos grandes projetos de desenvolvimento.

2. A POLISSEMIA DOS “GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO”

Entre os meses de Agosto e Outubro do ano de 2020, mantivemos diálogos com dois indígenas Tentehar que vivem nas TI Rio Pindaré e Cana-Brava/Guajajara. Primeiramente, usamos o *Whats App* para conversar com o professor Flaubert Guajajara, que leciona na aldeia Januária, localizada na TI Rio Pindaré. O posicionamento desse interlocutor, expressa uma perspectiva negativa em relação a esses projetos.

Para o referido professor, “grandes projetos” remetem a presença da Rodovia Federal BR-316²² e da Estrada de Ferro Carajás (EFC), ligada à Vale. Informou que a BR-316 foi implantada às margens da TI Rio Pindaré. O mesmo ocorreu com a EFC, cujos trilhos ferroviários passam a aproximadamente 12km. Existem oito aldeias dentro dessa TI, conhecidas como Piçarra Preta, Januária, Novo Planeta, Aldeia Nova, Tabocal, Areão, Areinha e Aldeia Alto do Angelim. A área total é estimada em 15.002,9142ha.

Flaubert Guajajara entende que os “grandes projetos de desenvolvimento” causam impactos negativos porque trazem pessoas, aglomerações e cidades, o que propicia o contato de indígenas com não indígenas, a criação de povoados e, conseqüentemente, invasões na TI Rio Pindaré. Para ele, há um agravante para as “comunidades” devido à dependência que os indígenas têm dos recursos naturais, dificultando seu modo de vida.

A relação que esse interlocutor faz entre o que considera “vida indígena” e “grandes projetos de desenvolvimento” é “que esses últimos fazem uma propaganda enganosa”, pois “ao nosso ver como indígenas, grandes projetos trazem prazeres momentâneos... é momentâneo porque trazem prejuízos na flora” (FLAUBERT GUAJAJARA, gravação realizada em 27.09.2020).

Para ele, os “grandes projetos” são acompanhados pelo que chama de globalização, responsável por vender uma imagem promovida pelo capitalismo, que não causa benefícios

²²A BR-316 é uma rodovia federal que tem um total de 2.030 Km de extensão, interligando estados como Pará, Maranhão, Piauí, Paraíba e Maceió. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=443994> > Acesso em: 28/11/2020.

como se costuma divulgar, mas apenas “morte, destruição e aquecimento global” (FLAUBERT GUAJAJARA, gravação realizada em 27.09.2020).

Acrescentou que cientificamente é comprovado que a expansão de “grandes projetos de desenvolvimento” tem levado ao aumento da degradação ambiental, provocando acontecimentos que se manifestam na forma de desastres naturais. Como o próprio interlocutor diz: “cientificamente já foi comprovado que isso aumenta e causa uma degradação maior. A natureza se revela e manifesta na forma de vendaval, doenças que surgem por coisas que excedem o normal” (FLAUBERT GUAJAJARA, gravação realizada em 27.09.2020).

A visão de Flaubert Guajajara apresenta elementos pertinentes ao contexto da aldeia Januária, onde leciona. Porém, no decorrer da entrevista observamos que nosso interlocutor aciona outras noções, em especial globalização, capitalismo e aquecimento global, para descrever os impactos diretos gerados pelos eixos rodoviários ou ferroviários instalados às margens da TI Rio Pindaré. Essas noções, cada vez mais apropriadas por diferentes repertórios do senso comum, são categorias acadêmicas que originalmente não fazem parte do universo tentehar.

Por exemplo, o termo aquecimento global foi cunhado pelo pesquisador Wallace Smith Broecker através de um artigo publicado, em 1975, na revista científica *Science*²³ intitulado “Climatic Change: are we on the brink of a pronounced global warning?” (Mudança Climática: estamos à beira de um aquecimento global pronunciado?). Já a noção de globalização, que sugere o “discurso comum” de integração econômica, social, cultural e política do planeta, não é um termo propriamente científico mas é constantemente discutido dentro e fora do espaço acadêmico.

Isso significa que Flaubert Guajajara apropria-se de categorias externas ao universo nativo para compreender os efeitos negativos causados pelos empreendimentos que chama “grandes projetos de desenvolvimento”, representados pela implantação de empreendimentos rodoviários e ferroviários.

Após a entrevista realizada com Flaubert Guajajara, conhecemos outra interlocutora chamada Ozany Tatainy, durante uma palestra virtual realizada no Instagram, que abordou o tema “Mulheres Indígenas na Política”. Na época, Ozany Tatainy era candidata a vereadora na cidade de Jenipapo dos Vieiras pelo partido Rede Sustentabilidade (REDE).

²³ Sítio da Revista *Science*. Disponível em: < <https://www.sciencemag.org/> > Acesso em: 30/07/2021.

Essa interlocutora, que vive na aldeia Jurema, localizada na TI Canabrava/Guajajara, expressou uma visão positiva quando afirmou que os “grandes projetos de desenvolvimento” seriam “algo que beneficia a gente (os indígenas). Isso é um grande projeto” (OZANY TATAINY, gravação realizada em 13.10.2020). Em nossa conversa, percebemos que sua percepção difere em relação àquela mencionada por Flaubert Guajajara. Quando fizemos referência a empreendimentos ligados a agroindústria, mineração e construção de eixos rodoviários e ferroviários, a candidata supracitada relatou que: “isso é um projeto dos Karaiw” (OZANY TATAINY, gravação realizada em 13.10.2020).

Ao ser indagada sobre o que seria “projeto dos Karaiw” ela se referiu a instalação da rodovia federal BR-226, que passa pelo interior da TI Canabrava/Guajajara. A BR-226, conforme a interlocutora, provoca graves impactos aos Tentehar que vivem neste território, entre os quais menciona assaltos, insegurança pública e mendicidade. Ozany Tatainy descreve que: “o que ‘a gente’ tem de ameaça implantada é a BR-226. Tem assaltos, mata crianças na beira da estrada, etc. Muitas crianças ficam na ‘BR’ (226) pedindo esmola e correndo o risco de serem estupradas (OZANY TATAINY, gravação realizada em 13.10.2020).

Na visão da interlocutora, esses problemas poderiam ter sido evitados caso o Estado tivesse capacitado os próprios indígenas para trabalharem como agentes de fiscalização da TI Canabrava/Guajajara. Ao questionar Ozany Tatainy sobre como deveriam ser feitas as fiscalizações, explicou-me que deveriam ser construídos “pontos” estratégicos dentro da terra indígena com câmeras para registrar os assaltos. Por ponto estratégico a interlocutora compreende: “aquilo que pode pegar as pessoas que fazem isso” (OZANY TATAINY, gravação realizada em 13.10.2020).

Caso existissem pontos estratégicos de fiscalização no interior da TI Canabrava/Guajajara, isso poderia ser considerado um “grande projeto” voltado ao benefício dos Tentehar. Na sua interpretação: “isso sim é um grande projeto que beneficia aos índios” (OZANY TATAINY, gravação realizada em 13.10.2020).

A interlocutora afirma que, ao contrário, o “projeto dos karaiw” (BR-226) só tem gerado consequências graves justamente por que sua implantação no meio da TI Canabrava/Guajajara, sequer considerou o povo que ocupa este território. Destaca que: “para nós, não fomos incluídos. Foi algo dos Karaiw, algo para eles se beneficiarem. Se fosse para pensar nos índios não tinha colocado no meio da terra indígena” (OZANY TATAINY, gravação realizada em 13.10.2020).

A percepção de Ozany Tatainy revela que seu entendimento sobre grandes projetos está muito próximo de algo que poderia ser feito para mitigar os efeitos negativos causados pelo projeto dos karaiw, como chama a BR-226. Para tanto, sugere algumas ações que poderiam ser implantadas no interior da TI Canabrava/Guajajara, visando melhorar a infraestrutura das aldeias, principalmente no que se refere a fiscalização de atividades ilícitas.

Observamos que tanto Ozany Tatainy como Flaubert Guajajara associam “grandes projetos de desenvolvimento” a implantação de eixos rodoviários nas terras indígenas onde vivem. Essa perspectiva difere da concepção de outro interlocutor chamado Erisvan Bone com quem mantivemos um diálogo em 2019.

A medida que nós e Erisvan Bone conversávamos sobre projetos vinculados ao agronegócio e extrativismo mineral e vegetal, ficava claro que além de ser hoje uma questão central aos coletivos indígenas, a perspectiva tentear sobre o tema se distanciava completamente do entendimento que eu mesmo estava construindo sobre o fenômeno. Enquanto sugeríamos discutir os impactos dos “grandes projetos de desenvolvimento”, Erisvan nos levava para uma outra seara de ideias mobilizando de forma dissociada as ideias de “grandes projetos”, por um lado, e “desenvolvimento”, por outro. Primeiramente, o interlocutor entendia “desenvolvimento” como algo que pressupõe a implantação de um projeto destinado a apoiar uma multiplicidade de minorias chamadas por ele de “indígenas”. Nessa perspectiva, grande projeto é:

[...] um projeto para desenvolver principalmente minorias. Essa palavra desenvolvimento é uma coisa que nós indígenas temos uma rixa com ela. Nós não usamos muito desenvolvimento, nós usamos mais o envolvimento. Eu acho que o “povo” fala tanto desse desenvolvimento que tem, e aí ontem com a Sônia mesmo estávamos falando... ah, mas por que desenvolver? Porque não envolver ao invés de desenvolvimento? E aí, eu acho que eu entendo um pouco desse desenvolvimento. Dessa questão de abranger um pouco de projetos... Entendo como algo que possa ajudar de alguma forma minorias indígenas (ERISVAN BONE, gravação realizada em 22.02.2019).

Nosso interlocutor traz a ideia de “envolvimento” ao invés de “desenvolvimento”, e trata-se de uma concepção, segundo ele próprio menciona compartilhada, por outros indígenas como sua irmã Sônia Guajajara, por exemplo. Em seguida, explica que as “minorias” em questão, que devem ser favorecidas por “projetos de desenvolvimento”, são justamente os povos indígenas. Nesse caso a ideia de “grandes projetos de desenvolvimento” ganha um contorno etnográfico na ideia de “projetos de desenvolvimento” que requerem

“envolvimento”. Ainda de acordo com Erisvan pudemos entender que o termo grandes projetos:

[...] pressupõe um projeto. É basicamente isso. Eu acho que é uma coisa que abrange bem mais pessoas como um todo. Assim, por exemplo, grandes projetos de abranger povos de diferentes etnias ou segmentos, e trabalhar com eles de uma forma que possa aglobar todos os assuntos, gerando um resultado positivo que abrangesse todos os povos (indígenas) e suas especificidades (ERISVAN BONE, gravação realizada em 22.02.2019).

Tanto a ideia de “desenvolvimento” quanto de “grandes projetos” aqui equivalem a realização de um - chamemos assim – “projeto”. Contudo, o que essa perspectiva tentear está se referindo aqui é um grande projeto que desenvolva justamente essa multiplicidade de minorias, ou seja, de indígenas.

Na fala de Erisvan “Grandes projetos” não apenas envolvem, mas também abrangem povos de diferentes “etnias” ou “segmentos”, buscando um resultado positivo que proporcione englobar as particularidades de diferentes povos indígenas (minorias) que podem ser contemplados na implantação de um projeto. As ideias de minoria e multiplicidade, portanto, aparecem como bastante importantes para compreendermos essa operação. Ainda conversando sobre a instalação de rodovias, ferrovias, empreendimentos agrícolas, dentre outros, nosso interlocutor disse:

[...] aqui no Maranhão, vivemos em um território cercado de ruralistas. Tem muitos fazendeiros como na TI Araribóia. Quando você vai lá percebe. A aldeia onde vivemos é muito pequena e tem um povo não indígena nos limites da TI, onde o núcleo de produção do agronegócio é muito grande. Então, você irá ver fazendas, pastos, gado. Se olhar de um drone²⁴, você percebe a diferença daquele verde onde os indígenas vivem, formado por um círculo verde pequeno, e ao redor tudo é repleto de pastos, fazendas e gado. É possível percebermos a diferença quando o povo (não indígena) sempre fala que o agronegócio sustenta o Brasil, mas é o Brasil que sustenta o agronegócio. Eu sempre falo o Brasil que sustenta o agronegócio. Tem coisas complicadas para nós indígenas que vivemos lado a lado com o pessoal do agronegócio, porque existe muito conflito, e o agronegócio é um pessoal capitalista que só pensa no bem deles próprios. Eles afetam as nossas terras (ERISVAN BONE, gravação realizada em 22.02.2019).

A partir dessa provocação sobre o que nós estávamos compreendendo como “grandes projetos de desenvolvimento”, Erisvan abordou a questão do agronegócio, o que sugere que se enquadra na noção de “grandes projetos”, que nesse caso não ganha uma leitura positiva de desenvolvimento dos povos. O que a fala de Erisvan expõe antes de tudo é a dinâmica de conflitos agrários existente na região central maranhense, em especial na TI Araribóia. Nos

²⁴ Veículo aéreo não tripulado operado de forma remota sem a necessidade de pilotos.

limites da TI supracitada, onde fica situada a aldeia Lagoa Quieta, existe um “núcleo de produção do agronegócio” formado por fazendeiros (não indígenas) que desenvolvem atividades voltadas a pecuária bovina, cujos efeitos têm ocasionado a transformação da floresta amazônica em áreas de pastagem para criação de gado. Erisvan explicou como acontecem os conflitos ocasionados por esses fazendeiros chamados por ele de “pessoal capitalista”:

[...] nas proximidades das nossas aldeias tem muitas nascentes. Muitas vezes um fazendeiro que tem uma fazenda próxima acaba obstruindo a nascente do rio que passa na aldeia. Eles fazem uma barragem para construir um açude para produzir água para o gado. E aí, o nosso rio (Zutiwa) acaba secando, porque tapa a nascente. Aí, ali a água não desce mais para as aldeias. E aí, o rio seca por causa da obstrução da nascente e acaba prejudicando culturalmente as pessoas que ali vivem (ERISVAN BONE, gravação realizada em 22.02.2019).

De acordo com o interlocutor, a TI Araribóia possui 158 aldeias onde passam diversos afluentes fluviais cujas nascentes estão localizadas em fazendas de produção agropecuária. Os proprietários rurais frequentemente obstruem as nascentes para construção de açudes direcionados a criação de animais. Os impactos gerados pela obstrução das nascentes inviabiliza a realização das atividades de pesca, bem como desarticulam os canais de comunicação que os Tentehar mantém com elementos como a água e outros seres do seu território. Erisvan empreende uma leitura desse impacto situando lado a lado a “relação espiritual” (em suas palavras) que mantém com a “água” e o impacto econômico da falta de peixes:

[...] nós temos uma relação muito espiritual com a água, pois é de lá que obtemos nossa sustentação alimentar. Nós comemos muito peixe. E aí, quando você barra a nascente, você está retirando a vida alimentar de um povo que vive daquela alimentação. Então o agronegócio muitas vezes dentro das nossas proximidades ele barra muito disso, e também tem o desmatamento, não é? (ERISVAN BONE, entrevista realizada em 22.02.2019).

Ressalvou que a chegada do agronegócio em áreas próximas a TI Araribóia influenciou o aumento do desmatamento, causando o desaparecimento de diversas espécies animais e vegetais. Isso impede os Tentehar de caçar espécies que são específicas para realização de determinados rituais (festas tradicionais) como a festa da Menina Moça também chamada de festa do Moqueado. A solução pensada pelos indígenas parar amenizar esse problema foi começar a caçar em outras TI, no Maranhão, menos impactadas. Destacando esse problema Erisvan diz que:

[...] a chegada do agronegócio destruiu muito a população indígena, assim, porque acaba com o verde, vai fazendo o desmate, vai acabando culturalmente a tradição de um povo que vive ali, que depende da mata para manter aquela tradição. Por que sem a mata não conseguimos fazer as festas tradicionais do nosso povo. Por exemplo, para a festa da menina moça tem uma caça específica para que ela seja realizada. Então saem os caçadores e passam 2 ou 3 meses caçando, mas se não houver mata não tem como caçar. Hoje em dia, a maioria das nossas lideranças, os nossos caciques, eles precisam sair da nossa terra, para ir caçar em outra TI, porque a demanda do agronegócio dominou tanto a mata, a região, que não tem mais como você produzir ou caçar ali, para manter a tradição da festa. O agronegócio ele chegou se aproximando muito das terras indígenas sempre visando um capital, e nós visamos o espiritual que é proteger e reflorestar (ERISVAN BONE, gravação realizada em 22.02.2019).

O relato de Erisvan expõe as diferenças relacionadas ao uso que os Tentehar e o “pessoal capitalista” (fazendeiros) fazem do território. Enquanto os Tentehar visam a proteção do lugar onde vivem a partir do reflorestamento de áreas degradadas pelo agronegócio, fazendeiros buscam a redução da mata nativa convertida em fonte de produção de *commodities* agrícolas destinadas a geração de capital (lucros).

Erisvan afirmou que uma estratégia de resistência usada pelos indígenas frente aos desafios provocados pelo contato com esses empreendimentos tem sido a criação de projetos elaborados pelos próprios indígenas em veículos de comunicação, “chamados de novas mídias em redes sociais na internet”, fato observado por ele:

[...] outras pessoas de outros grupos (indígenas) têm feito parte disso, e tem usado a comunicação, por que percebemos que podíamos dar um passo mais além, e passamos a usar a comunicação para conseguir espaço. Conseguimos visibilização através dos veículos de comunicação para contar a história como ela realmente deve ser contada, para mostrar que nós podemos ser protagonistas da nossa própria história (ERISVAN BONE, gravação realizada em 22.02.2019).

O uso da comunicação, segundo menciona Erisvan, tem possibilitado o envolvimento de indígenas Tentehar em redes hipermediadas no ciberespaço. Isso torna possível a eles construir projetos dirigidos a abranger/englobar inclusive indígenas de outros povos. Destaca como exemplo a Mídia Índia, um grande projeto criado pelo próprio Erisvan com outros Tentehar para dar visibilidade aos problemas vividos pelos indígenas em contextos de invisibilidade na área da comunicação. Refere-se a uma rede digital que funciona como veículo de comunicação vinculado à rede social Instagram e a plataforma de vídeos You Tube que permite a jovens Tentehar e de outros povos indígenas, no Brasil, manejar meios de comunicação criados por não indígenas, adaptando-os aos próprios contextos nativos de

produção da informação. Isso os torna capazes de serem os protagonistas de suas próprias narrativas (histórias).

Ao destacar a Mídia Índia Erisvan explana dois posicionamentos distintos que distingue “grandes projetos” que podem ser construídos tanto por indígenas como por brancos. Embora tenha uma compreensão do que são os grandes projetos feitos por brancos como agronegócio, ferrovia e usina de energia, nosso interlocutor não propõe uma categoria equivalente para classificar esses empreendimentos, tal como Ozany Tatainy que propõe a noção de “projeto dos Karaiw”, ou de Flaubert Guajajara, que usa categorias como “aquecimento global” e “globalização”, para mencionar os efeitos negativos causados pela instalação de grandes projetos direcionados a implantação de eixos rodoviários e ferroviários em áreas próximas a aldeia onde leciona.

Erisvan apresenta sua concepção de grandes projetos ao referir-se a Mídia Índia. A seu ver, a Mídia Índia é resultado de um projeto de comunicação indígena construído por ele próprio e outros Tentehar chamados Edivan Guajajara e Ronilson Lima Flai Guajajara na Aldeia Zutiwa, TI Araribóia, após participarem de um projeto elaborado por brancos denominado “Coisa de Índio, Alma Brasileira”, dirigido a formação de comunicadores indígenas através da realização de oficinas²⁵ de capacitação audiovisual. Esse projeto foi resultado de recursos²⁶ provenientes de um “programa de compensação” elaborado pela empresa brasileira Suzano Papel e Celulose (SPC), buscando mitigar os impactos negativos causados pela expansão da produção de eucalipto na região Central maranhense, afetando diretamente as TI Araribóia, Governador e Krikati²⁷. Ao descrever esse processo, Erisvan coloca que entre os anos de 2015 e 2016 estavam sendo realizadas assembleias na TI Araribóia, onde alguns Tentehar discutiam a criação de uma rede digital voltada ao

²⁵ As oficinas foram ministradas por profissionais ligados a uma ONG chamada Coletivo 105, em parceria com o Instituto Makarapy e com a empresa Ybyrá Consultoria. No total, 12 jovens Tentehar na TI Araribóia participaram das oficinas de capacitação e produção audiovisual concluídas em 2016. As oficinas foram desenvolvidas em três etapas: introdução à fotografia e à produção audiovisual (TI Araribóia – setembro/2015); edição e montagem no cinema digital (Brasília – outubro/2015); e oficinas de produção audiovisual, de rádio e de serigrafia (TI Araribóia – abril/2016).

²⁶ Os recursos financeiros da SPC foram aplicados em outras atividades como reunião com caciques e lideranças; apoio ao protagonismo indígena; desenvolvimento da produção agrícola; infraestrutura da educação indígena (casa do estudante indígena para formação universitária); resgate de celebrações, festas culturais, indumentárias, artefatos e recursos audiovisuais; combate a incêndios florestais, incluindo assistência aos grupos de Guardiões da Floresta; apoio à implantação de plano de gestão territorial; e equipação de espaço para formação local de lideranças indígenas chamado casa de eventos (CCOCALITIA, 2017).

²⁷ Apesar do projeto “Coisa de Índio, Alma Brasileira” ter sido implantado nas TI Araribóia, Governador e Krikati, ocupadas respectivamente por uma parte dos Tentehar, pelos Gavião Pykobjê e pelos Krikati, Pantoja & Pereira (2016) mencionam que a SPC reconhece e classifica também outras TI, no Maranhão, impactadas diretamente pela sua instalação, especialmente: Geralda Toco Preto, Bacurizinho, Canabrava/Guajajara, Kanela e Porquinhos.

“protagonismo dos povos indígenas”. Em uma delas, organizada pela Comissão dos Caciques e Lideranças da Terra Indígena Araribóia (CCOCALITIA), em meados de 2017, surgiu a ideia de criar a Mídia Índia.

Naquela época, observamos junto a Erisvan que a intenção do projeto Mídia Índia seria envolver o maior número de pessoas possíveis, sendo elas indígenas ou não. Na visão do interlocutor, um projeto como esse possibilita “envolver” e “abranger” as pessoas no sentido de uma “transformação”, não somente voltada para os indígenas, mas também construída por indígenas. Segundo ele:

[...] nós sempre falamos que não é por que somos indígenas que vamos trabalhar apenas com indígenas. Assim, queremos envolver todo mundo, e conscientizar também aqueles que não são indígenas, para demarcar novos territórios e novos direitos (ERISVAN BONE, gravação realizada em 22.02. 2019).

Ao término da conversa, identificamos que a Mídia Índia estava passando por um processo de expansão que causou um aumento de indígenas envolvidos nesse projeto. Antes, sua equipe técnica era composta exclusivamente por indígenas Tentehar, mas após uma assembléia realizada na CCOCALITIA, Erisvan, Edivan e Ronilson decidiram ir à Brasília fazer um chamamento²⁸ durante a realização do 14º Acampamento Terra Livre (ATL), visando dialogar com aproximadamente 57 comunicadores pertencentes a outros povos indígenas²⁹ que estavam nesse ato de mobilização política. Foi nesse momento que começaram a fazer a divulgação da Mídia Índia em outro lugar fora da TI Araribóia, buscando selecionar novos membros para fazer parte do referido projeto.

Observamos junto a Erisvan que foi possível selecionar 06 novos comunicadores para a equipe de membros efetivos da Mídia Índia. Entre eles, a repórter Djuena Tikuna, indígena do povo Tikuna situado na Amazônia brasileira, graduada em jornalismo; Benício Pitaguary, membro do povo Pitaguary, localizado no Ceará, geógrafo que atua na equipe como fotógrafo, atividade também desenvolvida por Adrielle Priscila Tapajowara, do povo Tapajó na região do baixo rio Tapajós, no Pará. Também integra a equipe técnica Tipuici Manoki, especialista em redes, que faz parte do povo Manoki situado na porção Oeste do Estado de Mato Grosso. Assim, foi possível percebermos que a Mídia Índia passou por uma expansão de sua equipe técnica o que remete a noção de grandes projetos construída por Erisvan Bone

²⁸ Uma forma de convocação para participar de uma reunião, assembléia, etc.

²⁹ Observamos junto a Erisvan que o ATL é um movimento político que ocorre há 17 anos reunindo indígenas de diferentes povos no Brasil, buscando o fortalecimento e articulação da luta e resistência dos movimentos indígenas.

como algo que possibilita “envolver”, “abranger” e “englobar” diferentes povos e suas especificidades. Assim, a Mídia Índia se consolida como um projeto produzido por indígenas, para indígenas, buscando dar visibilidade aos problemas vividos pelos povos indígenas no Brasil em redes hipermediadas no ciberespaço.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Buscamos refletir acerca de experiências realizadas nos últimos anos. Entender a maneira que indígenas estão percebendo, sentindo e mesmo resistindo aos impactos de empreendimentos sobre os seus territórios, e como ideias sobre grandes projetos de desenvolvimento aparecem nesses contextos tornou-se o foco desta investigação inicial.

Dos projetos que incidem, em especial nas TI Araribóia, Rio Pindaré e Canabrava/Guajajara, nossos interlocutores vem abordando, sobretudo, que os Tentehar vem passando por um escrutínio crítico, que põem em xeque a sua sustentabilidade e capacidades de gerar uma boa vida a essas pessoas.

Identificamos dois posicionamentos diferentes. Um deles, ressalta os efeitos negativos do que considera grandes projetos e a outra entrevistada aponta para uma concepção positiva, que desenha grandes projetos como algo produzido por indígenas, para indígenas. Um dos interlocutores assume os dois posicionamentos fazendo uso de uma classificação que distingue grandes projetos elaborados por indígenas de grandes projetos elaborados por brancos. Assim, encontramos diferentes entendimentos e ações a partir de formas propriamente tentehar de se envolver com o fenômeno e seus impactos diretos, construindo novas ideias sobre projetos e suas repercussões.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. A questão fundiária e o carvão vegetal na região do Programa Grande Carajás. *Pará Desenvolvimento*, Belém, n. 22, p. 77-79, 1987.

ALMEIDA, E. R. M. *A política vai à festa. Sagacidade e estratégia tentehar nas relações interétnicas*. 2019. 235f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília.

BAINES, S. Antropologia do Desenvolvimento e a questão das sociedades indígenas. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, Recife, v. 15, n.2, p. 29-46, 2004.

BARBOSA, Z. M. MESQUITA, U. J. S. Movimentos sociais indígenas em transformação: a estruturação política das lutas étnicas e suas organizações na Amazônia maranhense. *Revista Brasileira de Sociologia*, (Online), v. 05, n. 09, p. 59-85, abr. 2017.

BRUSTOLIN, C. PROJETO DE ESTÁGIO NACIONAL - A “QUESTÃO” DO AGRONEGÓCIO NO MARANHÃO UFMA/DESOC. Projeto de Pesquisa, 2018.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. *Revista de Antropologia*, v. 39, n. 1, p. 13-37, ago. 1996.

CIDADE BRASIL. Microrregião do Médio Mearim, 2021. Disponível em: < <https://www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-do-medio-mearim.html> > Acesso em: 12/01/2021.

COELHO, E. M. B. *Cultura e Sobrevivência dos Índios no Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1987.

_____. FERREIRA, B. L. B. Novas dimensões sobre o cotidiano Awá. In: HERNANDO, A. COELHO, E. M. B. (Org). *ESTUDOS SOBRE OS AWÁ: CAÇADORES COLETORES EM TRANSIÇÃO*. São Luís: Ed. EDUFMA/IWGIA, 2013.

_____. Fora dos trilhos: o projeto carajás e o povo awá. In: 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014, Caxambu. *Anais eletrônicos... 38º Encontro Anual da ANPOCS*. São Paulo: ANPOCS, 2014.

_____. ÍNDIOS NO MARANHÃO: DA SELVA AOS TRILHOS DE CARAJÁS. *Cad. Pesq.*, São Luís, v. 2, n. 1, p. 62-71, jul. 1986.

_____. Políticas indigenistas: o papel da igreja no processo civilizatório no Maranhão Provincial. *REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS (UFMA)*, São Luís, v. 6, n. 2, p. 9-21, jun. 2002.

_____. Territórios em confronto: A dinâmica da disputa pela terra entre índios e brancos no Maranhão. 1999. 252f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará.

Coordenação da Comissão dos Caciques e Lideranças da Terra Indígena Araribóia (CCOCALITIA). PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DA TERRA INDÍGENA ARARIBÓIA (PGTA). TI Araribóia, 2017.

COTA, R. G. *Carajás: a invasão desarmada*. Petrópolis: Vozes, 1984.

DINIZ, E. *Os Tenetehara-Guajajara e a Sociedade Nacional: Flexibilidade Cultural e Persistência Étnica*. Belém: Universidade Federal do Pará/CNPq, 1994.

FERRAZ, I. LADEIRA, M. E. Os povos indígenas da Amazônia oriental e o Programa Grande Carajás: avaliação e perspectivas. In: 46^o Congresso Internacional de Americanistas, 1988, Amsterdam - Holanda. Proceedings of the 46th International Congress of Americanists. Amsterdam. v. 2.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). Terras Indígenas, 2021. Disponível em: < http://sii.funai.gov.br/funai_sii/informacoes_indigenas/visao/visao_terras_indigenas.wsp > Acesso: 08/08/2021.

GOMES, M. P. *O índio na História. O povo Tenetehara em busca da liberdade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *The etnical survival of the Tenetehara indians of Maranhão, Brazil*. Flórida: PhD University of Flórida, 1977.

MALHEIRO, B. C. OUVIR O TERRITÓRIO E PENSAR POR OUTRAS (GEO) GRAFIAS: TERRITORIALIDADES EM R-EXISTÊNCIA À MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA. In: XIII Encontro Nacional da ANPEGE, 2019, São Paulo. *Anais Eletrônicos...* São Paulo: USP, 2019.

MARTINS, L. S. Os filhos de Maíra: territorialidade e alteridade entre os Tentehar “da Araribóia”. 2019. 128f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília.

MELO, M. H. F. ET AL. Conhecimento indígena, sistema de manejo e mudanças ambientais na região de transição Amazônia-Cerrado. *Desenvolv. Meio Ambiente*, (Online), v. 59, p. 1-22, jun. 2022.

NIMUENDAJÚ, C. *The Eastern Timbira*. University of California Press, Berkeley e Los Angeles, 1946.

OLIVEIRA, A. C. A. ET AL. ESTRATÉGIAS DE VISIBILIDADE EM CONTEXTO PANDÊMICO: O MAPEAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19 ENTRE POVOS INDÍGENAS NO MARANHÃO. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 98-118, ago. 2021.

OLIVEIRA, A. L. R. ET AL. POLÍTICAS INDIGENISTAS, DESENVOLVIMENTO E TERRITORIALIDADES INDÍGENAS NO BRASIL ATUAL. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 24, p. 577-597, 2020.

OLIVEIRA, A. L. R. *Messianismo Canela: entre o indigenismo de Estado e as estratégias do desenvolvimento*. São Paulo: EDUFMA, 2011.

PANTOJA, V. M. L. PEREIRA, J. M. GRANDES PROJETOS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: a Suzano Papel e Celulose no Maranhão. *Revista de Ciências Sociais*, (Online), n. 45, p. 327-340, dez. 2016.

RIBEIRO, D. Os índios urubus. Ciclo anual das atividades de subsistência de uma tribo da floresta tropical. In: SHADEN, E. (Org). *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1976.

RODRIGUES, A. D. *Línguas Brasileiras*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

SALES, L. L. N. 10 MUNICÍPIOS MARANHENSES MAIS ATINGIDOS POR FOCOS DE QUEIMADAS NOS ANOS DE 2014 E 2015. *Revista de Geografia*, Recife, v. 36, n. 1, p. 59-74, abr. 2019.

SAMAIN, E. A VONTADE DE SER: NOTAS SOBRE OS ÍNDIOS URUBU-KAAPOR E SUA MITOLOGIA. *Revista de Antropologia*, (Impresso), n. 27, v. 28, p. 245-262, 1985.

SCHRÖDER, P. *Economia Indígena. Situação Atual e Problemas Relacionados a Projetos Indígenas de Comercialização na Amazônia Legal*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003.

SERRA, A. A. M. A POLIFONIA DOS GRANDES PROJETOS: o que dizem indígenas e brancos?. 2021. 110f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão.

_____. PROJETO DE ESTÁGIO NACIONAL – A “QUESTÃO” DO AGRONEGÓCIO NO MARANHÃO. Relatório científico; 2020.

_____. Representações sobre o agronegócio no campo das Ciências Agrárias e Humanas. 2019. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão.

SILVA, C. T. SOBREIRO, C. R. A Expansão Espacial do Capitalismo na Amazônia Brasileira: O caso da duplicação da Estrada de Ferro Carajás e o futuro territorial dos Awá-Guajá. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, (Online), v. 12, n. 2, p. 124-147, 2018.

STENGERS, I. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 69, p. 442-464, abr. 2018.

UBBIALI, C. *O FILHO DE MA'IRA*. São Paulo: EDUSP, 1997.

VARGA, T. A insustentável leveza do Estado: devastação, genocídio, doenças e miséria nas fronteiras contemporâneas da Amazônia, no Maranhão. *Acta Amazônica*, (Online), v. 38, n. 1, p. 85-100, dez. 2008.

WAGLEY, C. GALVÃO, E. *OS ÍNDIOS TENETEHARA. Uma cultura em transição*. Rio de Janeiro: MEC/Serviço de Documentação, 1961.

ZANNONI, C. *Conflito e coesão: o dinamismo tenetehara*. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 1999.